

## Crítica do ENEM



Por SAULO MATIAS DOURADO\*

*A excelência conceitual exigida pelo ENEM torna-se uma farsa quando o próprio sistema nega o tempo e os meios para que ela floresça nas salas de aula reais*

### 1.

O ENEM, na etapa de Linguagens e suas tecnologias e Ciências humanas e sociais aplicadas, teve 90 questões, 1 redação, em 30 páginas, ao longo de cinco horas e meia. Criado para ser um instrumento democrático de acesso ao ensino superior e estímulo ao pensamento crítico, o Exame Nacional do Ensino Médio vive sua antinomia.

O próprio Estado que impõe esse exame oferece as condições necessárias para que esse volume de ensino-aprendizagem seja efetivado? O estudante, ao subir no ringue que o INEP oferta, pergunta a si no que falhou, olhará para trás em direção à sua escola, a seus professores, e questionará qual ensino médio, na verdade, eles deveriam ter atravessado?

“Mas, professor, é claro que eles deveriam ter passado a educação básica com algum conhecimento de Jacques Derrida”. Colega, não sejamos cínicos... A razão cínica de Peter Sloterdijk não é um mero cinismo comum, claro, mas uma “falsa consciência esclarecida”: uma forma sofisticada de racionalidade que, consciente das contradições e limitações do sistema, permanece pragmática e resignada, mantendo intacta a aparência de normalidade e eficiência do discurso oficial.

A educação pública sabe que não pode ofertar as condições necessárias para o desenvolvimento integral dos atributos, conceitos e complexidade de leitura estudante que ele mesmo cobra como exigência no fim de seu processo.

Justamente no momento em que cobra um repertório de alto padrão, o Estado diminui sistematicamente a carga horária e a importância das disciplinas de filosofia e sociologia na rede pública de ensino. Ou seja, enquanto se exige excelência conceitual, impõem-se condições menores para que esses saberes sejam desenvolvidos. Já que foi citada a *Bíblia* entre as questões de Ciências Humanas, podemos lembrar outro versículo: “Não saiba a tua mão esquerda o que faz a tua direita” (*Mateus 6:3*) Ou, como diria a interpretação mais popular, não dê com uma mão o que tira com a outra.

Por falar em interpretação popular, o processo de ensino-aprendizagem em filosofia hoje estabelece um contato de conceitos a partir de palavras geradoras do contexto cultural e de identidade das juventudes. Não tiramos exatamente este pressuposto das nossas mãos, ou melhor, das nossas cabeças, mas de um tal patrono da educação, o Sr. Paulo Freire.

Então é claro que, dentro das nossas possibilidades, ou pelo menos da minha, de um professor que tenta ser competente, há o investimento na compreensão da sofocracia de Platão, da ética utilitarista, da filosofia política, mas a partir de uma dialogicidade comunicativa com o universo de palavras do público das escolas públicas. “Então você não está oferecendo à classe trabalhadora o conhecimento historicamente acumulado pela humanidade...”. Oh, colega, estamos sim tentando ofertar uma formação omnilateral, uma consciência histórico-crítica, mas de um modo de fato dialético, em um horizonte

# a terra é redonda

de possibilidades, por vezes de uma hora-aula por semana.

2.

Vejamos a questão 65 da prova verde com um enunciado escrito pelo filósofo britânico Bentham, a partir do seguinte trecho: “A obrigatoriedade ou necessidade de punir uma ação é proporcional à medida que tal ação tende a perturbar a felicidade e na medida em que a tendência do referido ato é perniciosa”. Dentre as três últimas alternativas, temos o seguinte texto: “c) Sobreposição de princípios para fundamentar um direito/ d) Criação de parâmetros para reconhecer uma prescrição/ e) Elaboração de convenções para referendar um costume”.

Sobre *A República* de Platão, na questão 79, sendo mais reais do que o rei-filósofo, a questão é cobrada assim: “O texto apresenta a estrutura de governo da cidade ideal pensada por Platão, que postula uma indissociabilidade entre (a) cognoscência e relação intersubjetiva. (b) mitologia e teorias cosmogônicas. (c) cidadania e primazia da retórica. (d) moralidade e virtudes cardeais. (e) ética e exercício do poder.”

Em uma avaliação ao fim do trimestre de uma classe da 1ª série ou em uma aula de revisão na 3ª série, mesmo com toda a boa vontade sofocrática, eu não colocaria a abordagem do conceito nesses termos, talvez inclusive anacrônicos em relação ao texto platônica. Na questão sobre David Hume, tive vontade de criar uma estatística para saber quantos colegas, ao tratar do empirismo no século XVII, puderem aprofundar no tema da retórica e na comparação com a lógica “consoante a compreensão aristotélica nos *Analíticos*”, como aborda a questão 61.

Contudo, se é do jogo, e se para nossas penitências, na educação pública não contrataremos redes de ensino para nos salvar e enviar exercícios semanais para os alunos com simulados dos mesmos criadores de itens, formatando-os para o modelo de ENEM atual, e ainda serei o professor de um mundo caduco que não terá um livro didático com duas dezenas de capítulos para serem dados por semestre com conteúdos de filosofia *express*, então peço ampliação de carga horária nas redes estaduais e federais de todo o país, com possibilidade de inserção nas redes municipais.

A carga horária de filosofia e de sociologia poderia conter círculos de leituras de textos originais dos autores, pois assim conseguiríamos, além de envolver adolescentes a compreenderem conceitos, mostraríamos cada vez mais a linguagem estrita e rigorosa com o qual esses conceitos são desenvolvidos. O que não pode ocorrer, em nosso contexto, é vermos para fora e como objetivo de alcance maior uma retórica de exigência que não condiz com seu horizonte de possibilidades.

Nesta semana posterior ao exame, poderei encarar estudantes e me ver diante da imagem de que não fui um professor suficiente a ponto de tê-los colocado em toda a altura do exame que o INEP traz como aferição dos conteúdos trabalhados no Ensino Médio.

Ou aproveitar que eles estão nocauteados e resolver as questões com eles, para apontar, na verdade, a partir de uma leitura desambiguadora, como a alternativa estava evidente e que eles não estudaram com o devido cuidado... Ora, estava na cara! “Mas a partir da questão 60, professor, eu já não conseguia nem ler mais meu próprio nome”, dirão, como, na verdade, já disseram em outras edições.

E eu faria um discurso sobre a falta de leitura nas novas gerações, como se fosse um fenômeno de escolha e de esforço estritamente individual, independente de contextos e estruturas. Mas não, não quero ser cínico.

**\*Saulo Matias Dourado** é professor de filosofia no Instituto Federal da Bahia e doutorando na UFBA.

**A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.  
Ajude-nos a manter esta ideia.**

A Terra é Redonda